

# ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM-SC: APLICAÇÃO DO MÉTODO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

## *Study on Territorial Sustainability at the Municipality of São Joaquim-SC: Application of the Territorial Goods and Services Basket Method*

**Carlos Antonio Oliveira Vieira**  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Geologia/CFH  
E-mail: carlos.vieira@ufsc.br

**Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes**  
Universidade do Estado de Santa Catarina  
Departamento de Administração Pública/ESAG  
E-mail: gabriel.dibernardi@udesc.br

### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a sustentabilidade territorial rural do Município de São Joaquim-SC, através da aplicação do método da *Cesta de Bens e Serviços Territoriais* (CBST), tendo como aporte teórico a discussão sobre desenvolvimento local e territorial. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, exploratória, dedutiva e indutiva, com vistas a realizar um diagnóstico de sustentabilidade territorial no Município de São Joaquim através do método da CBST. Os resultados evidenciam, através da análise da CBST, o cálculo o IDTS, obtendo o valor igual a 0,698 para o Município de São Joaquim, indicando o grande potencial do município para atingir o ideal desenvolvimento territorial sustentável. Observa-se que é possível avançar em outras denominações de origem, em melhorias nas relações de governança pública e privada, através da gestão integrada do território a partir da perspectiva da CBST.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial; Cesta de Bens e Serviços Territoriais; Indicação Geográfica.

### Abstract

The aim of this paper is to analyze the rural territorial sustainability of the Municipality of São Joaquim-SC, through the application of the *Basket of Territorial Goods and Services* (BTGS) method, having as theoretical contribution the discussion on local and territorial development. Therefore, a qualitative-quantitative, exploratory, deductive and inductive research was carried out, in order to present a diagnosis of territorial sustainability in the Municipality of São Joaquim through the BTGS method. The results show, through the analysis of the BTGS, the calculation of the IDTS getting a value equal to 0,698 for the Municipality of São Joaquim, indicating the great potential of the municipality to achieve the ideal sustainable territorial development. It is observed that it is possible to advance in other denominations of origin, improvements in their governance relations public and private, through the integrated management of the territory from the perspective of BTGS.

**Keywords:** Territorial development; Basket of Territorial Goods and Services; Geographical Indication.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local rural encontra-se na maioria dos casos à margem do processo de globalização, e por isso, buscam-se alternativas para promovê-lo. O desenvolvimento rural sustentável deve ter como base o território, apoiando-se em estratégias de qualidade da produção agrícola, de valorização dos recursos ambientais e apresentando-se como uma alternativa ao produtivismo e à degradação ambiental (PECQUEUR, 2001).

O Município de São Joaquim, localizado na serra catarinense, tem a população estimada em 27.322 habitantes, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.687 e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 33.206,44 (IBGE, 2022). A produção de maçãs se destaca, movimentando mais de 50% da economia local (SÃO JOAQUIM, 2013). Além das frutas de clima temperado, o queijo artesanal serrano, o mel de melato e o vinho de altitude são produtos com destacada importância socioeconômica nesse município, além de conter características específicas ligadas ao território (PAULA, 2019).

O turismo rural tem aumentado consideravelmente na região do Município de São Joaquim por conta das especificidades do território. É uma região com vegetação de campos de altitude e mata de araucária. O clima é predominantemente frio no inverno, perdurando por um período de quatro a seis meses por ano. Durante esta estação, a região recebe turistas de várias partes do Brasil. O enoturismo surgiu como um novo atrativo em São Joaquim, atraindo turistas durante todo o ano (CAZELLA et al., 2019).

O objetivo deste trabalho é analisar a sustentabilidade territorial rural do Município de São Joaquim-SC, através da aplicação do método da *Cesta de Bens e Serviços Territoriais* (CBST), e do Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS).

O artigo está dividido em cinco sessões. Na primeira sessão apresenta-se uma caracterização introdutória do município de São Joaquim, com especificidades do clima, atividades agropecuárias e turismo. Na segunda apresenta-se uma contextualização teórica dos conceitos de cesta de bens e serviços territoriais, desenvolvimento territorial e indicação geográfica. Na terceira sessão são descritos os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta é apresentada a síntese dos resultados com a análise da sustentabilidade territorial rural do Município de São Joaquim, através da aplicação do método da CBST. Na última sessão, as considerações finais explicitam as limitações da pesquisa e sugestões para continuidade.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Para caracterizar o desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural, torna-se necessário partir de uma premissa da construção de um modelo de análise territorial para interpretar as variedades de situações concretas que substantivam certa formação territorial e os processos de desenvolvimento, identificando limites, avanços, contradições, desigualdades, diferenças, cooperações e identidades para subsidiar diretamente a participação do analista em tais processos dialógicos, participativos, ecológicos e culturais, que podem conduzir ao desenvolvimento territorial sustentável.

Na concepção de Sperb e Serva (2018), entende-se o desenvolvimento territorial sustentável (DTS) como uma estratégia de planejamento e gestão participativa, que leva em conta os recursos patrimoniais de cada território. Pellin (2019) entende DTS como um processo de transformação econômica, social e política, cuja dinâmica é construída a partir do local e com participação ativa de seus atores, sendo imprescindível a interação entre eles. A partir dessa abordagem, podem ser estruturadas estratégias de desenvolvimento regional considerando seus ativos regionais, os quais são geralmente intangíveis, difíceis de serem transferidos de uma região a outra e materializados principalmente em aspectos culturais e/ou naturais. Trata-se de atribuir “valor” a região, diferenciando-a de outras regiões e utilizando essa diferenciação para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural.

Assim, como argumenta Rullani (2005, p.116, apud SAQUET, 2018) “O desenvolvimento é um processo dinâmico que se entrelaça ao território”, ou seja, o

desenvolvimento é localizado, com características específicas.

Normalmente é dentro desse contexto de diferenciação de produtos e serviços que emergem discussões relacionadas a contribuições que as Indicações Geográficas (IGs) oferecem ao desenvolvimento regional, a partir do reconhecimento de que produtos e serviços podem possuir forte relação com a sua região de produção (PELLIN, 2019).

Apesar das IGs estarem ainda em estágio incipiente no Brasil, já se encontram amparadas juridicamente desde a criação da Lei N°. 9.279 em 1996, e podem ser reconhecidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que as classificam em: Indicação de Procedência (exige notoriedade do local de origem do produto ou serviço) e Denominação de Origem (exige comprovação de que o produto ou o serviço possui qualidade ou características que se devem essencialmente à região geográfica de origem).

As IGs surgem como estratégia para estímulo ou fortalecimento do desenvolvimento regional. Embora a dimensão econômica, presente na agregação de valor aos produtos, aumento da produção e expansão de mercados, seja a mais destacada, existem outras dimensões que podem ser estimuladas a partir do reconhecimento de um produto com IG, permitindo que regiões promovam seus produtos criando valor local, beneficiando a comunidade, tornando-se ferramenta de desenvolvimento.

Entretanto o reconhecimento de uma IG, por si só, não garante a priori sucesso comercial e, por consequência, desenvolvimento da região. Muitas variáveis precisam ser consideradas, entre elas, as características do produto, da cadeia produtiva, do mercado, do nível de estruturação dos produtores e dos canais de distribuição (CERDAN et al., 2014).

Portanto as IGs permitem que regiões promovam seus produtos criando valor local, beneficiando a comunidade, tornando-se ferramenta de desenvolvimento. Seu papel é ainda mais importante em áreas onde há baixos volumes de produção e escala, geralmente em função da tradicionalidade da produção (PELLIN, 2019). Nesse caso, busca-se agregar valor a essa tipicidade. As IGs figuram também como ferramentas para a preservação: da biodiversidade, do conhecimento regional e dos recursos naturais (KAKUTA, 2006).

O ponto central, dessa abordagem, consiste no processo de especificação e diferenciação de produtos e serviços, tornando-os intransferíveis para outras regiões e tornando-os mutuamente complementares (HIRCZAK et al., 2008). Dessa forma, essa abordagem consiste em transformar empreendimentos isolados, uns dos outros, em uma oferta conjunta e coerente de ativos territoriais.

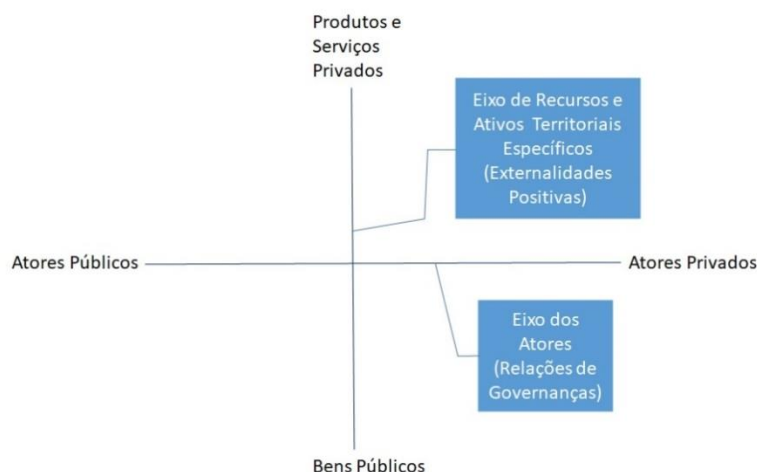
Mesmo porque a especificidade de um local influencia a natureza dos recursos produzidos, o contexto da produção faz parte do próprio processo produtivo, enraizado em um espaço físico e em práticas historicamente constituídas. Assim, entende-se que uma estratégia promissora seria melhorar e promover conjuntamente os produtos e serviços desses territórios. Um bem tem características que determinam a sua utilidade, certas características podem ser compartilhadas e as mercadorias combinadas têm características diferentes delas separadas (PECQUEUR, 2001).

Os mecanismos mobilizados para criar uma CBST se estruturam sobre três princípios básicos: i) a constituição de uma imagem específica, caracterizando os produtos e serviços do território, ou seja, a incorporação do simbólico e do material; ii) a priorização dos mercados locais e regionais em detrimento dos mercados distantes, para forçar o consumo *in situ*, com o propósito de promover o reconhecimento dos produtos e serviços da CBST pelos consumidores,

turistas, moradores locais e de residências secundárias; iii) a construção de um sistema de governança territorial (CAZELLA et al., 2019).

Na abordagem CBST, são apresentados dois eixos, um vertical (recursos e ativos: Públicos e Privados) e um horizontal (dos atores: Públicos e Privados), que possibilitam a análise em quatro dimensões (Figura 1). No eixo vertical são representados os recursos e ativos territoriais específicos, que indicam as externalidades positivas e rendas, enquanto no eixo horizontal procura-se representar os atores e estabelecer as relações de governanças. Cabe mencionar que nesta abordagem os atores associativos e cooperativos estão incorporados na dimensão de atores privados.

**Figura 1** – Modelo Teórico da Abordagem da CBST



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

As quatro dimensões analíticas propostas estão apoiadas em 39 indicadores. Cada indicador apresenta um grau de força que pode variar de 0 a 5. São 15 indicadores para a dimensão dos Produtos e Serviços Privados, 7 indicadores para os Bens Públicos, 12 indicadores para os Atores Públicos e 5 indicadores para os Atores Privados (TURNES et al., 2022).

Indicadores dos Produtos e Serviços Privados: 1) Bens específicos associados ao território; 2) Bens complementares correlacionados aos bens específicos; 3) Bens complementares insubstituíveis por bens genéricos; 4) Terroir dos bens específicos; 5) Reconhecimento da produção de bens ou prestação de serviços específicos; 6) Atrativos da paisagem; 7) Inovação econômica, social e ambiental; 8) Articulação entre os componentes da CBST; 9) Articulação entre os componentes da CBST, atividades turísticas e de lazer; 10) Reconhecimento dos bens e serviços da CBST nos mercados urbanos próximos; 11) Valorização dos produtos da CBST em circuitos curtos de comercialização; 12) Serviços de gastronomia e visitação associados à CBST; 13) Inserção em rotas turísticas regionais; 14) Impactos dos preços sobre a demanda pelos bens da CBST; 15) Procura por produtos ligado à qualidade ou reputação do território.

Indicadores dos Bens Públicos: 1) Especificidade climática e de paisagens típicas; 2) Reconhecimento da preservação do ambiente natural; 3) Associação do patrimônio

arquitetônico com a identidade territorial; 4) Valorização dos monumentos e sítios históricos; 5) Reconhecimento da história do território; 6) Valorização das tradições territoriais; 7) Qualidade nas infraestruturas de acesso.

Indicadores dos Atores Públicos: 1) Composição das instâncias de governança representativa dos setores públicos envolvidos na construção da CBST; 2) Ocorrência de eventos técnico-científicos associados à CBST; 3) Promoção de eventos sociais, culturais, turísticos, esportivos e religiosos; 4) Qualidade da sinalização turística; 5) Importância das políticas públicas locais de fomento à CBST; 6) Importância de políticas públicas estaduais e federais de fomento à CBST; 7) Fóruns territoriais que reúnam atores públicos para tratar da CBST; 8) Grau de coordenação entre atores públicos e privados; 9) Bens e serviços de qualidade territorial não correlacionados com a CBST; 10) Objetivos de desenvolvimento partilhados no médio e longo prazo; 11) Identificação de marcas coletivas e demais selos de qualidade territorial; 12) Cursos, palestras, visitas técnicas e espaços de compartilhamento para múltiplos atores.

Indicadores dos Atores Privados: 1) Representatividade dos atores envolvidos na construção da CBST; 2) Concordância sobre os limites geográficos do território representado na CBST; 3) Clareza entre produtores, prestadores de serviços e consumidores sobre as características de qualidade da CBST; 4) Nível de confiança entre os atores envolvidos na conformação da CBST; 5) Grau de cooperação e solidariedade entre os atores envolvidos na constituição da CBST.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta sessão de descrição dos procedimentos metodológicos foi subdividida em três partes: a) caracterização da natureza da pesquisa; b) detalhamento da abordagem da CBST; c) proposta do Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS).

A pesquisa foi ancorada numa abordagem quali-quantitativa (SCHNEIDER et al., 2017), com natureza exploratória, dedutiva e indutiva, com vistas a realizar um diagnóstico de sustentabilidade territorial no Município de São Joaquim através do método da CBST. A metodologia do presente estudo fundamenta-se na abordagem quali-quantitativa uma vez prioriza o processo da pesquisa e não simplesmente os resultados, onde normalmente o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa, mesmo assim sem deixar de derivar índices e quantificar, enumerar e/ou medir os eventos estudados, porém, sem empregar instrumentos estatístico na análise dos dados (SCHNEIDER et al., 2017).

Como procedimento metodológico, para a revisão de literatura, foram buscados no dia 24/05/2022, artigos científicos indexados na base de dados da Scielo, com recorte temporal dos últimos 5 anos, apresentando 140 artigos para a palavra-chave “Desenvolvimento Territorial”, nenhum artigo para “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” e 41 artigos para “Indicação Geográfica”, dos quais foram utilizados 22 artigos nesse trabalho. A CBST foi pesquisada em outras bases, como Scopus e Google Acadêmico.

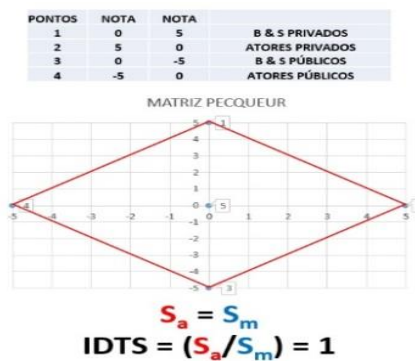
Para alcançar o objetivo desta pesquisa de analisar a sustentabilidade territorial rural do Município de São Joaquim-SC, aplicou-se o método da cesta de bens e serviços territoriais, proposto por Pecqueur (2001). Para cada uma das quatro dimensões do modelo foram analisadas qualitativamente e quantitativamente o potencial de desenvolvimento territorial sustentável do município.

Para o eixo vertical, dos recursos e ativos, foram inventariados os bens e serviços: públicos e privados do local com vistas a identificar as externalidades positivas. Da mesma forma, para o eixo horizontal dos atores (públicos e privados), foi verificado o modelo de governança e engajamento dos atores. Seguindo a metodologia de Pecqueur (2001), os atores associativos e cooperativos foram incorporados na dimensão de atores privados.

Considerando que cada uma das quatro dimensões receberiam quantitativamente valores numa escala variando de 0 (zero) a 5 (cinco), de acordo com a avaliação do grau de força dos 39 indicadores adotados. Supondo ainda que uma região altamente desenvolvida recebesse os valores máximos (5), para cada uma das quatro dimensões avaliadas, a área máxima do losango envolvente, formado pela ligação das quatro extremidades, poderia ser avaliada em 50 unidades quadradas (Figura 2). Para qualquer outro território avaliado, poderia ser comparada sua proporção, em área, em relação a esse losango com avaliações máximas. A essa razão de áreas entre o losango de um território avaliado ( $S_a$ ) e o losango máximo ( $S_m$ ), sugere-se chamar de Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS), expresso pela Equação (1):  $IDTS = S_a / S_m$

Esse índice, estabelecido exclusivamente em bases geométricas, pode variar de 0 (sem potencial de desenvolvimento) até 1 (excelente potencial de desenvolvimento sustentável). A Figura 2 apresenta o exemplo de uma avaliação territorial em que todas as quatro componentes receberam o valor máximo (5 para cada dimensão). A aplicabilidade metodológica do IDTS se estende e é replicável para qualquer outro município.

**Figura 2** – Matriz e equação do Índice de Desenvolvimento Territorial Sustentável (IDTS)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os principais produtos de qualidade territorial encontrados na economia do Município de São Joaquim, destacam-se como geradores de rendas a maçã, a uva, os vinhos de altitude, o queijo artesanal serrano e o mel de melato de bracinga, contendo características específicas ligadas ao território (PAULA, 2019).

O cultivo da maçã e a vitivinicultura estão fortemente conectados aos serviços públicos de pesquisa e extensão rural do governo estadual, que motivou a criação do Programa de Fruticultura de Clima Temperado em 1969.

A maçã Fuji da Região de São Joaquim foi a sexta Indicação Geográfica (IG) conquistada por Santa Catarina. A certificação, na categoria de Denominação de Origem (DO), foi anunciada em 2021, pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e abrange uma área de 4.928 km<sup>2</sup> nos municípios de São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Urupema, Urubici e Paineira (EPAGRI, 2021b). A maçã Fuji produzida na região de São Joaquim destaca-se por suas características únicas de cor, formato e sabor, entre outras. Por isso, ela foi objeto de pedido de IG. A elevada altitude da região delimitada pela IG (acima de 1.100 metros) é fator determinante para essas diferenciações.

Outro produto serrano que contém características específicas da região é o vinho de altitude, que iniciou-se ainda na década de 1990, a partir de um projeto de pesquisa da EPAGRI, que identificou o clima e a altitude de São Joaquim como propícios ao amadurecimento mais tardio das uvas. Essa particularidade proporciona frutos mais escuros, o que permite uma maior qualidade no processo de vinificação (CAZELLA et al., 2019). A vitivinicultura concentrada na produção de vinhos finos, ajudou no desenvolvimento do município. Os Vinhos de Altitude de Santa Catarina conquistaram o selo de IG em 2021 (EPAGRI, 2021a). Esse reconhecimento começou há cerca de nove anos, quando o Sebrae/SC, em parceria com a AMURES, UFSC, EPAGRI, Embrapa, Secretaria Estadual de Agricultura da Pesca e do Desenvolvimento Rural e a Associação de Vinhos de Altitude iniciaram o processo para conquista da IG.

O queijo artesanal serrano tem sido produzido desde meados do século XVII, tem a sua tradição mantida por pequenos produtores, tornando-se parte da identidade cultural da região serrana (FCC, 2018). É um alimento feito em pequena escala por famílias de agricultores, cujo processo de maturação ocorre sobre madeira de araucária por um tempo mínimo de 30 dias. A produção ocorre em propriedades que se dedicam à pecuária de corte, com métodos tradicionais, mão de obra familiar e reduzido padrão tecnológico. Há uma relação de proximidade entre os agricultores produtores, consumidores, varejistas e comerciantes, que fortalece as vantagens associadas à especificidade do queijo artesanal serrano (CAZELLA et al., 2019). Foi o primeiro produto da serra catarinense que mobilizou atores locais e conquistou uma IG junto ao INPI.

Já o mel de melato de bracinga, produzido em São Joaquim, também possui características territoriais. Esse tipo de mel é produzido durante o inverno a partir da bracinga, uma planta nativa de zonas frias do sul do país, quando as floradas naturais de outras espécies são inexistentes e possui qualidade diferenciada dos demais tipos de méis. A maior parte do mel de melato de bracinga vem sendo exportado para a Alemanha (PAULA, 2019). Este produto foi certificado com a sua IG em 2021.

Externalidades positivas estão relacionadas à cultura da colonização tropeira e a paisagem privilegiada da região, com vegetação de campos nativos e matas de araucárias, cientificamente conhecida por Floresta Ombrófila Mista. O município é rico em recursos naturais, com ambientes bastante preservados, e com baixa densidade populacional, o que implica em um baixo impacto antrópico e na paisagem. O clima frio predomina, e tende a manter-se, aproximadamente, por um período de quatro a seis meses por ano, podendo alcançar temperaturas abaixo de zero grau, ocasionando geadas e até neve. Durante esta estação de inverno, a região recebe turistas de várias partes do Brasil (SILVA; SOMMER, 2005).

O turismo rural da região tem registrado taxas de crescimento, com forte apelo às especificidades do território, que além do clima, da paisagem, e do meio ambiente, o município

também possui um patrimônio histórico, cultural e gastronômico, além de ações que valorizam os produtos agrícolas e a culinária típica da região, com pratos típicos se destacam nas refeições servidas nas pousadas e restaurantes, a exemplo da paçoca de pinhão, do entrevero e da carne frescal (CAZELLA et al., 2019).

O enoturismo é também um novo atrativo em São Joaquim, uma vez que envolve visitas às vinícolas, na qual oferecem a possibilidade de realizar degustação de vinhos (SILVA; SOMMER, 2005).

Observa-se nas Figuras 3 e 4, que em São Joaquim a qualidade dos bens públicos são notáveis, enquanto a dimensão de Bens/Produtos e Serviços Privados ainda tem potencial para avançar. Embora os produtos e serviços privados também apresentem diversificação e qualidade, alguns ainda podem ser mais valorizados, a exemplo do pinhão.

Em relação aos atores públicos, existem diversas Instituições Públicas Territoriais. Algumas instituições atuam na promoção da IG da maçã Fuji, queijo artesanal serrano, mel de melato e vinho de altitude. Outras instituições atuam na subvenção do SEBRAE para valorização dos produtos específicos através da IG. Como também existem articulações embrionárias entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que devem ser consideradas.

Já considerando os atores privados, podemos dividi-las em Coordenações Privadas Locais e Atores Associativos. Entre as Coordenações Privadas Locais podem-se encontrar: Políticas de qualidade iniciadas pelo processo de IG; Perímetro da Extinta ADR de São Joaquim; Ligações incipientes de turismo rural com a maçã Fuji, queijo artesanal serrano, mel de melato e vinho de altitude.

Já em relação aos Atores Associativos pode-se mencionar: Cooperativa Agrícola de São Joaquim; Cooperativa Regional Agropecuária Serrana; Cooperativa Agrícola Frutas de Ouro; Cooperativa Rural Macieira; Cooperativa Econeve; Associação de Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense; Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina; Associação dos Apicultores e Agricultores de Bom Jesus; Associação de Vinhos de Altitude; Acolhida na Colônia; Conselho Regional de Turismo.

Existem subsistemas de governança correlacionados aos atores envolvidos, com ações de diferenciação da qualidade de produtos e serviços. A grande expectativa existente é que, através dos processos IG, exista uma maior articulação entre os atores. Apenas o subsistema de governança do turismo rural tem propiciado este benefício de valorização dos produtos específicos da serra catarinense (CAZELLA et al., 2019).

Percebe-se um maior engajamento dos atores privados em relação aos atores públicos, principalmente na subcategoria de atores associados, por serem atuantes na defesa dos seus setores específicos, contribuem diretamente com o desenvolvimento de várias atividades, mas ainda carecem de uma gestão compartilhada do território, conforme as diretrizes propostas.

Considerando as análises empíricas da qualidade das 4 dimensões analíticas e dos 39 indicadores para o monitoramento da implantação da CBST, verificou-se o grau de força 4,33 para os Bens e Serviços Privados, grau de força 4,42 para os Bens Públicos, grau de força 3,58 para os Atores Públicos e grau de força 4,40 para os Atores Privados.

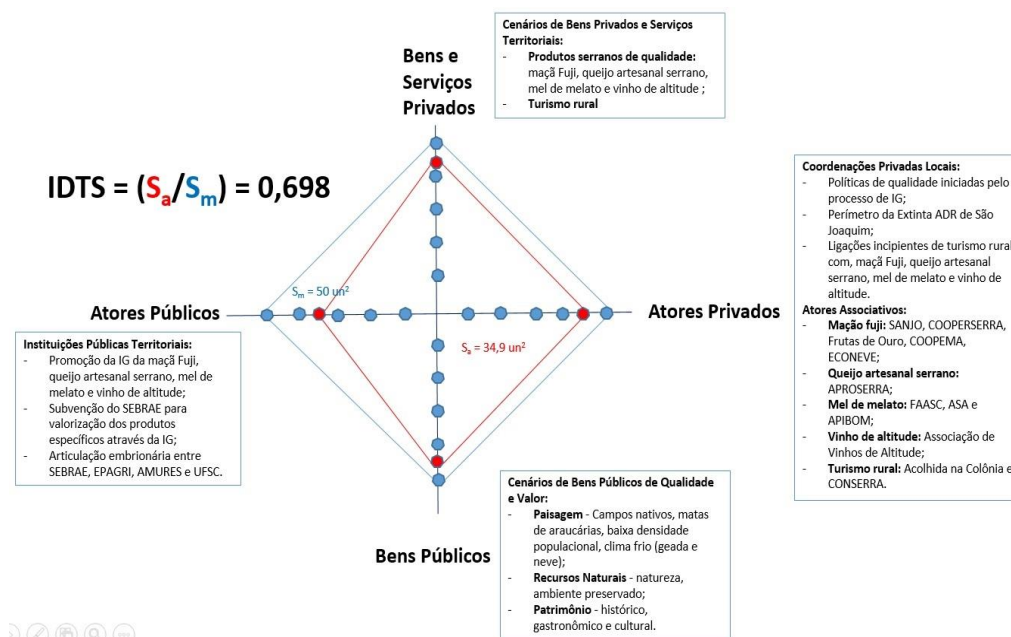
**Figura 3** – Grau de força das dimensões analíticas da CBST de São Joaquim

Dimensão	Grau	Justificativa
Bens e Serviços Privados	4,33	Embora os produtos e serviços também apresentem diversificação e qualidade, alguns produtos ainda podem ser mais valorizados, a exemplo do pinhão. Existe potencial ainda para avançar.
Bens Públicos	4,42	Em São Joaquim a qualidade dos bens públicos são notáveis.
Atores Públicos	3,58	Contribuem diretamente com o desenvolvimento de várias atividades, mas ainda não liderarem a gestão compartilhada do território conforme a proposta da CBST.
Atores Privados	4,40	Tem maior engajamento, principalmente da subcategoria atores associados, por serem atuantes na defesa dos seus setores específicos. É possível avançar em outras denominações de origem e na gestão integrada do território a partir da perspectiva da CBST.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O cálculo o Índice de Desenvolvimento Territorial para o Município de São Joaquim, utilizando a Equação (1), obteve o valor do IDTS igual a 0,698. Este valor estimado indica o grande potencial do município em atingir o desenvolvimento territorial sustentável. O resultado do IDTS da CBST de São Joaquim é apresentado gráfica e numericamente na Figura 4.

**Figura 4** – IDTS da CBST do Município de São Joaquim



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se como externalidade positivas e rendas, por um lado, as especificidades da paisagem, com seus recursos naturais e culturais, como campos de altitude, mata de araucária, baixa densidade populacional, clima frio com geada e neve, gastronomia e arquitetura de colonização tropeira.

Por outro lado, a especificidade dos produtos serranos de qualidade, a exemplo da maçã Fuji, do queijo artesanal serrano, do mel de melato de bracinga e dos vinhos finos de altitude da serra catarinense.

O turismo rural tem demonstrado seu potencial, promovendo a interligação dos produtos da CBST de São Joaquim, contribuindo com a promoção do desenvolvimento territorial rural sustentável, embora ainda desarticulado em relação às diretrizes metodológicas da governança participativa entre os atores públicos, os atores privados e os atores da sociedade civil organizada.

Através da análise da CBST e do cálculo o IDTS, que obteve o valor igual a 0,698 para o Município de São Joaquim, verifica-se o grande potencial do município em atingir o ideal desenvolvimento territorial sustentável. Observa-se que é possível avançar em outras denominações de origem e realizar melhorias nas relações de governança, através da gestão integrada do território.

Entre as limitações enfrentadas durante o desenvolvimento dessa pesquisa, pode-se citar o tempo insuficiente para visitar o maior número possível de organizações, como também a utilização de uma Consulta Delphi, entre especialistas da área de desenvolvimento territorial sustentável, quando da análise das dimensões da CBST.

## Referências

CAZELLA, A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14118>

CERDAN, C.; LISSANDRA, B. K.; COPETTI, M.; CHAGAS, F. K.; LOCATELLI, L. Indicação geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. In: PIMENTEL, L. O. (Org.). **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio**. 4º ed. Florianópolis, SC: FUNJAB, 2014. Módulo II – Indicação Geográfica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 415p.

EPAGRI. **SC conquista sua sexta Indicação Geográfica, da Maçã Fuji da Região de São Joaquim**. Publicado em 30/06/2021a. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2021/06/30/vinhos-de-altitude-de-santa-catarina-conquistam-indicacao-geografica/>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

EPAGRI. **SC conquista sua sexta Indicação Geográfica, da Maçã Fuji da Região de São Joaquim**. Publicado em 03/08/2021b. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2021/08/03/sc-conquista-sua-sexta-indicacao-geografica-da-maca-fuji-da-regiao-de-sao-joaquim/>>. Acesso em: 28 de mai. 2022.

HIRCZAK, M.; PECQUEUR, B.; VOLLET, D.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; RAMBONILAZA, M. From the basket of goods to a more general model of territorialized complex goods: concepts, analysis grid and questions. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 31, n. 2, p. 241-260, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. São Joaquim. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joaquim/panorama>>. Acesso em: 08 mai. 2022.

KAKUTA, S. M. **Indicações geográficas: guia de respostas.** Porto Alegre, RS: SEBRAE/RS, 2006.

PALA, L. G. N. D. **Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?** 2019. 117 p. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211653/PAGR0449-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 mai. de 2022.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_261\\_1\\_5217](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217)>. Acesso em: 21 mai. 2022.

PELLIN, V. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 1, p. 63-78, jan./mar. 2019.

SAQUET, M. A descoberta do território e outras premissas. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p.479-505, Set. - Dez. 2018.

SÃO JOAQUIM (Prefeitura Municipal). **Nossa Economia.** São Joaquim, 2013. Disponível em: <<https://www.saojoaquim.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/5155>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SCHNEIDER, E. M.; FUJII, R. A. X.; CORAZZA, M. J. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017.

SILVA, R.; SOMMER, R. **O PRODETUR-SUL e os municípios turísticos do planalto serrano catarinense.** III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: p. 1-22, 2005.

SPERB, M.; SERVA, M. Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 20, n. 50, p. 93-109, 2018.

TURNES, V.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B.; GUZZATTI, T. C. Monitoramento de uma Cesta De Bens e Serviços Territoriais: a construção de um painel de indicadores. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 224-240, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.784>